



Ocupação antirracista e decolonial do espaço psicanalítico

Anti-racist and decolonial occupation of the psychoanalytical space

Andréa Máris Campos Guerra
Universidade Federal de Minas Gerais

Cristiane da Silva Ribeiro
Nzinga - Coletivo de Mulheres Negras de Belo Horizonte

Enrico Martins Poletti Jorge
Universidade Federal de Minas Gerais

Fábio Santos Bispo
Universidade Federal do Espírito Santo

Marcela Fernanda de Souza
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas

Nayara Paulina Fernandes Rosa
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Renata Lucindo Ferreira Mendonça
Universidade Federal de Minas Gerais

Sonia Rodrigues da Penha
Associação Vitoriana de Ensino Superior

Tayná Celen Pereira Santos
Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo

O objetivo do presente artigo é descentralizar o texto de Jacques Lacan a partir de uma geopolítica que pretende se fazer interpretante, uma vez que o autor acentua a importância de o analista visar, no horizonte de sua práxis, a subjetividade de sua época. Parte-se de uma posição na qual o analista não é neutro frente às tendências racistas e ao modo como o discurso dominante de uma época incide sobre o inconsciente. Em um contexto historicamente marcado pela abolição tardia da escravidão, encarceramento e genocídio da população negra e diversas práticas segregativas, como no caso brasileiro, é premente tomar o racismo como uma categoria sob o olhar da psicanálise em seu campo clínico e político, ao lado das demais disciplinas sociais. Pretendemos, assim, identificar algumas premissas para iniciar a desmontagem dos artefatos teóricos dominantes e seguir em direção a um novo arcabouço epistêmico, fundamentando uma prática clínica antirracista.

Palavras-chave: **Psicanálise; Racismo; Decolonização; Ocupação**

Abstract

The goal of this article is to decentralize Jacques Lacan's text through a geopolitical perspective that intends to make itself the one that interprets, since the author emphasizes the importance of the analyst seeking, on the scope of the analyst's praxis, the subjectivity of the analyst's time, implying that defining a position in which the analyst isn't neutral before the racist tendencies and the ways that one's time dominant discourse influences over the unconscious. In a historical background scarred by late abolition of slavery, imprisonment and genocide of the black population, and a diversity of segregationist practices, as it is in Brazil, it is crucial to take racism as a category in the psychoanalysis view in its clinical and political field. Therefore, we intend to identify some premises to initiate a dismantling of dominant theoretical artifacts, to go in the direction of a new epistemic framework, grounding an antiracist clinical practice.

Keywords: **Psychoanalysis; Racism; Decolonization; Occupation**

INTRODUÇÃO

Pautado com incisão nos últimos tempos globais, o racismo estrutural, que pode ser compreendido como o conjunto de políticas e práticas discriminatórias que integram a organização da sociedade nos campos público e privado e que implicam na segregação de determinados sujeitos (Almeida, 2019; Mbembe, 2013), ainda não é um tema recorrente e clássico de trabalho no campo psicanalítico. A razão dessa decalagem histórica também é estrutural e complexa, motivo pelo qual deixaremos para discuti-la em nova ocasião. Aqui, pretendemos mapear, no campo psicanalítico, os marcadores conceituais que podem demonstrar o esquadramento do fenômeno, complexificado e atualizado. O psicanalista cidadão (Laurent, 2014) é aquele que toma partido e participa do debate democrático, construindo sua posição em interface com outros saberes, notadamente considerando o real da experiência do inconsciente como elemento ao mesmo tempo disjunto e conjunto com a realidade material. Há uma comunidade de interesses entre a psicanálise e a democracia, dado que a psicanálise se ocupa das distintas formas de segregação. Assim, tanto no debate político quanto na clínica, a prática do psicanalista é pensada, hoje, em uma linha de continuidade que toma o inconsciente como elemento para pensar a transformação das condições sociais de desigualdade. Essa perspectiva engendra novos questionamentos dirigidos à análise do fenômeno do racismo e implica politicamente a psicanálise a partir de seu aforismo “o inconsciente é a política” (Lacan, 1967).

Sua retomada colonial evidencia o avesso do discurso capitalista, a ser explorado em suas consequências decolonizadoras, que aspiram romper com a lógica reducionista que institui a experiência europeia como universal, no nível do poder, do saber e, especialmente, do ser. O sujeito descentrado da razão ocidental, como veremos, precisa ser geopoliticamente demarcado, assim como sua história, estruturalmente reenquadrada. A tela do Outro ocidental, sobre a qual se projetam os corpos, transforma coordenadas contingentes de exercício de saber-poder em coordenadas supostamente universais, ditando o modo verdadeiro de leitura de mundo, ao mesmo tempo em que ordena os modos de o corpo gozar deste e neste mundo (Dussel, 1992/1993; Wallerstein, 1974, 2004). Nessa perspectiva, pretendemos interpretar o texto francês de Jacques Lacan a partir das coordenadas decoloniais e antirracistas, especialmente latino-americanas, surgidas no século XXI, retomando, sob novo prisma, a interpretação que ali se aloja. Nosso objetivo é descentralizar o texto a partir de uma geopolítica que se pretende, aqui, fazer-se interpretante. Vejamos até onde nossa análise consegue caminhar. A fim de alcançarmos nosso horizonte, partiremos do racismo no contexto brasileiro e seguiremos com sua perspectiva es-

trutural, ampliada pela hipótese da Colonialidade assentada na raça como avesso do sucesso alcançado pela Europa na Modernidade. Na sequência, discutiremos uma abordagem do racismo pelo viés da branquitude, para que, preparado o campo, adentremos a discussão de Jacques Lacan sobre segregação e racismo, a fim de extrair suas consequências nessa virada decolonial.

CONTEXTO

Transcorridos cento e trinta e dois anos da oficial abolição da escravização, verifica-se que a população negra continua concentrada nos degraus mais inferiores da hierarquia social. No Brasil dos últimos anos, as desigualdades sociais têm sido objeto de estudo estatístico e geográfico. Em conformidade com o Programa de Atividades para a Implementação da Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024), aprovado pela ONU, e que visa promover o respeito, a proteção e o cumprimento de todos os direitos humanos e das liberdades fundamentais desse contingente populacional, foi publicada, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019), a “Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira”, a qual focaliza essas desigualdades sociais.

Na Síntese supracitada, observou-se que, no mercado de trabalho, em 2018, a taxa de subutilização correspondeu a 18,8% de brancas(os) e 29% de pretas(os). Já se levarmos em conta os cargos gerenciais, 68,6% são ocupados por brancas(os), enquanto apenas 29,9% são ocupados por pretas(os). O indicador de distribuição de renda e condições de moradia também é categórico na denúncia dessa desigualdade racial e ao contabilizar o número de pessoas abaixo das linhas de pobreza (inferior a R\$21,78/dia ou a R\$7,52), totalizando o percentual de 19% de brancas(os) e 41,7% de pretas(os). Se levarmos em conta a violência sofrida pela juventude brasileira indicada pela taxa de homicídios – 100 mil jovens no último censo de 2017 –, temos os percentuais de 34% de brancas(os) e 98,5% de pretas(os).

Nesse sentido, como observado no Atlas da Violência (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada & Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019), dentro do período de uma década (2007-2017), a taxa de letalidade de pretas(os) cresceu 33,1%, já a de não negros apresentou um crescimento de 3,3%. O Atlas de 2020 (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada & Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020) apresentou o crescimento de 11,5% de mortes entre jovens negros na última década contra o decréscimo de 13,5% entre jovens brancos. Além disso, no último ano dessa década, estimou-se que 75,5% das vítimas de homicídios foram indivíduos negros. Outro tema essencial na reprodução das condições de vida da população brasileira é a educação. A taxa de analfabetismo,

em 2018, totaliza 3,9% e 9,1%, sendo, mais uma vez, o maior percentual da população preta. Seguindo essa estrutura, a representação política contabilizada pelo percentual de deputadas e deputados federais pretas(os) eleitas(os) nas últimas eleições, em 2018, atingiu a marca de apenas 24,4%. Tudo isso adquire ainda mais relevância quando levamos em conta que as pessoas negras são maioria, totalizando 55,7% da população brasileira (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021). O racismo estrutural grita, humilha e adocece a população negra (Almeida, 2019).

Segundo o documento publicado pelo Ministério da Saúde (2017), “A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN): Uma Política do SUS”, há um compromisso no combate às desigualdades e na promoção da saúde da população negra de forma integral, tendo em mente que a ausência de saúde é um resultado de “injustos processos socioeconômicos e culturais – em destaque, o vigente racismo – que corrobora a morbimortalidade das populações negras brasileiras” (Ministério da Saúde, 2013, p. 7). Além disso, o Ministério da Saúde reconhece que, para uma implementação de políticas exitosas, é necessário que todo o trabalho do SUS se atente “às suas vulnerabilidades e ao reconhecimento do racismo como determinante social em saúde” (Ministério da Saúde, 2013, p. 7). Aqui, compreendemos que a política pública de saúde, sob a forma do SUS, ainda que não tenha ações direcionadas à saúde mental do povo preto, reconhece as desigualdades que acometem essa população no âmbito da saúde, certo de que suas condições de vida resultam dos despóticos processos sociais, culturais e econômicos próprios às consequências da colonização do Brasil.

Essa ampla demonstração de dados comprova as severas desvantagens da população preta no tocante às dimensões necessárias para a melhoria de suas condições de vida e, mais ainda, de sua sobrevivência. Além disso, o reconhecimento pelo Ministério da Saúde de que a sociedade brasileira se constituiu sobre as bases da desigualdade, mantendo a população negra no lugar da classe social mais pobre, subalternizada e marcada por precarizações diversas, nos convoca a pensar a premente necessidade de ações efetivas que se atentem para essa realidade. Deste modo, a ausência da saúde mental de pretas e pretos na Política Nacional de Saúde da População Negra indica a urgência de políticas públicas que reduzam a desigualdade e ampliem a equidade no acesso aos bens e serviços públicos frente à diretriz governamental que determina a redução da exclusão social e o acesso universal à saúde como condições fundamentais para a democracia.

Ainda não é possível vislumbrar a superação do abismo racial, pois, como aponta os Atlas de 2019 e 2020 (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada & Fórum

Brasileiro de Segurança Pública, 2019, 2020), houve um aumento da violência letal contra públicos específicos, dentre eles, a população negra. Nesse sentido, pode-se pensar que, para esses sujeitos, o racismo assume o estatuto do que não tem significação, ou seja, não há como considerar que o inconsciente está ileso dos impactos do racismo. No contexto brasileiro, conforme apontado pelas duas últimas edições do Atlas, essa impossibilidade pode ser entendida também pela alta letalidade cotidiana a que é submetida a população negra. Para demonstrar esse ponto, recorreremos a algumas elaborações sobre como o racismo incide na vida psíquica e no sofrimento mental dessa população. Toni Morrison (1992) usa a expressão “dessemelhança” para descrever a “branquitude” como uma identidade relacional construída por brancos, definindo, eles próprios, como racialmente diferentes dos outros. Frantz Fanon (1952/2008) lança mão da linguagem do trauma, que se legitima nas experiências cotidianas de racismo, pois, nele, o sujeito é violentamente clivado de sua identidade com a sociedade, inconscientemente pensada enquanto branca. Por fim, Isildinha Nogueira (2017) traz a concepção de “apartheid psíquico”, parafraseando o regime de segregação racial adotado na África do Sul, para dizer sobre a consciência que o negro pode ter de sua condição e das implicações histórico-políticas do racismo, o que, contudo, não impede que ele seja afetado pelas marcas da realidade sociocultural que o racismo imprime enquanto trauma. O olhar preconceituoso e a atitude violenta e cotidiana (Ribeiro, 2020) do racismo recreativo, que caricaturiza e inferioriza pessoas negras sob uma pretensa forma de humor (Moreira, 2019), são os maiores responsáveis por defesas psíquicas adoecedoras e pela indispensável atenção à saúde mental da população negra.

Diante desse quadro, propomos uma análise da problemática em três perspectivas: a da colonialidade, a da branquitude e a da segregação. Nosso propósito com este artigo é dar início à fundação de uma prática clínica antirracista, colaborando com a reversão das situações complexas que envolvem o racismo e o sofrimento mental da população negra.

COLONIALIDADE E RACISMO

A psicologia clínica tradicionalmente nasceu de uma prática individualista e burguesa, tendo sido concebida para a população branca que exercia o poder hegemônico de classe. No campo clínico, até meados do século XXI, dada sua vertente prioritariamente individualista, manteve-se num padrão clássico de atendimento individual do sofrimento mental, que não considerou a interseccionalidade e não se propôs à revisão de seus pressupostos teóricos, de seus modelos de intervenção ou de sua posição política quanto à participação e posici-

onamento no debate público face ao desvelamento, cada vez mais pungente, das diferenças de classe, gênero, raça e etnia. Apesar de Sigmund Freud (1919 [1918]/1976), com a orientação psicanalítica, já ter proposto, desde o início do século XX, uma ampliação da clínica psicanalítica em clínicas públicas (Danto, 2018), somente nas últimas décadas do século XXI os efeitos das teorias sociais críticas, feministas e interseccionais impuseram novas questões no âmbito da clínica psicanalítica.

As particularidades das diferentes manifestações subjetivas permanecem irreduzíveis ao desejo de universalização e homogeneização do poder dominante. Em outras palavras, o modo como se sofre psiquicamente é sempre singular, intransferível e não generalizável. Entretanto, a maneira como se desenham esses sofrimentos, como se esquadrinham as populações que sofrem e como se as secciona para a organização da oferta de assistência, modulada por cor, raça e gênero, exige a revisão de seus pressupostos e a elucidação crítica das hierarquias teóricas e terapêuticas que reproduzem um sistema segregacionista.

O modo como se apreendem, especialmente, as figuras do estrangeiro incorporado em determinada cultura varia em discurso e em prática cotidiana (Said, 2011). Não se reconhece nem a hibridez produzida entre as diferenças locais (Bhabha, 1994), nem a constituição de um espaço terceiro, nem branco, nem negro, nem masculino, nem feminino, nem central ou periférico (Ayouch, 2019), que dariam causa a uma nova clínica. Essa cisão, reverberada no interior do campo psicológico, reproduziu-se entre o social comunitário e o singular clínico, redundando num empobrecimento dos campos de atuação do psicólogo, seja comunitário ou clínico, acerca dos desenhos da prática psicológica de abordagem e cuidado do sofrimento mental.

Caminhamos para um falso antagonismo epistêmico-clínico, no qual parceiros éticos e políticos de uma causa comum de superação dos processos de segregação posicionam-se em campos de embate como inimigos (Mouffe, 2005). Reproduzem-se discursos acusatórios entre campos de poder que em nada beneficiam o processo político de transformação das condições subjetivas e sociais de vidas em sofrimento. Passa-se do plano das hierarquias de poder epistêmico para o plano da disputa no campo da prática. E, dessa maneira, mantém-se a reprodução das estruturas de exclusão e inacessibilidade no âmbito da psicologia.

Especialmente em países advindos de uma estrutura tripla de colonização do poder, do saber e do ser (Dussel, 1992/1993; Bernardino-Costa, Maldonado-Torres & Grosfoguel, 2019; Quijano, 2000), herdeira de diferentes epistemicídios, dos quais ao menos quatro não podemos deixar de mencionar aqui, experimentamos um segundo nível de problema do campo clínico: o não reconhecimento da raça como fundadora de um modo de ocupação na centralidade mo-

derna imperialista (Grosfoguel, 2008) do uso necropolítico dos corpos (Mbembe, 2018). “A colonialidade é o lado obscuro e necessário da modernidade, é a sua parte indissociavelmente constitutiva” (Mignolo, 2003, p. 30).

Sobre a colonialidade, testemunhamos a experiência de epistemicídio como uma destruição de conhecimento associada à destruição de seres humanos (Santos, 2007). A centralidade da produção de conhecimento em apenas poucos, talvez cinco países hegemônicos (França, Alemanha, Inglaterra, EUA e Itália), evidencia a falácia do universal como elemento discursivo legitimador de um sistema opressivo no mundo das ideias. O fundamento desse sistema de privilégio epistêmico é a inferioridade epistêmica como seu contraponto. O Sul global (Santos, 2007) ou o não ocidental, não masculino, não branco, sofrem a inflexão do racismo-sexismo-classismo, tomados como pensamentos locais ou inferiores, não passíveis de replicação universal, menores. Os quatro epistemicídios históricos que redundaram na codificação da visão de mundo orientada pela modernidade imperial e suas refrações neoliberais contemporâneas ainda hoje assaltam corpos e pensamentos, destituindo-os de validade. A partir de Ramón Grosfoguel (2016), elencamos os epistemicídios/genocídios que sustentaram o corte fundador da episteme moderna, datados do século XVI:

- a) contra os muçulmanos e judeus na conquista de Al-Andalus em nome da “pureza do sangue”;
- b) contra os povos indígenas do continente americano primeiro, e, depois, contra os aborígenes na Ásia;
- c) contra africanos aprisionados em seu território e, posteriormente, escravizados no continente americano;
- d) contra as mulheres que praticavam e transmitiam o conhecimento indo-europeu na Europa, que foram queimadas vivas sob a acusação de serem bruxas.

A matriz colonial do poder, assim, reúne o controle da economia, da autoridade, da natureza e dos recursos naturais, do gênero e da sexualidade, da subjetividade e do conhecimento (Mignolo, 2010). Realizar uma prática psicológica orientada a comunidades e a sujeitos, portanto, não pode desconsiderar essa dimensão. E mais, a orientação ética dessa prática deve incluir o maior número dessas variantes, dado que são todos juntos, num sistema de interdeterminação plural, que confluem para a composição do quadro histórico e geopolítico de sofrimento mental dos povos colonizados. A modernidade, assim, pode ser tomada como um mito moderno que oculta, em seu avesso, a colonialidade (Balustrin, 2013).

Há, entretanto, nesse quadro, uma invariante: a raça como “o princípio organizador que estrutura todas as múltiplas hierarquias do sistema-mundo” (Grosfoguel, 2008, p. 123). A raça não é apenas uma herança arcaica – ou atualizada no racismo estrutural – da escravização. Ela é a causa e a alavanca da condição de possibilidade. A raça, como construção social (Almeida, 2019; Moreira, 2019), é o fundamento legitimador constituído como avesso da Modernidade. Quanto mais se firmava o racismo, mais se justificava legítimo o avanço predatório e destrutivo do sistema imperial. Quanto mais o padrão universal do homem branco se estabelecia, mais a distinção racial como seu balizador encontrava terreno firme para se estabelecer. A raça, portanto, é o fundamento da modernidade colonial, o silêncio não dito de sua hegemonia. A luta contra o racismo, desse modo, é mais do que uma prática cotidiana de superação da desigualdade e uma atitude coletiva permanente de enfrentamento da distribuição desigual de privilégios, é a luta por uma outra lógica de mundo em termos econômicos e de organização social. É uma posição atenta de descentramento da lógica imperialista, que alimenta política, jurídica, econômica e subjetivamente cada corpo negro.

Como herança desse modo operatório do poder e suas injunções político-jurídicas, a população negra, como vimos acima, permanece historicamente alijada de processos inclusivos e de privilégios naturalizados como brancos. Seu sofrimento se desenha, assim, por mecanismos que integram o corpo individual ao corpo social, as defesas inconscientes às estruturas discursivas. Portanto, é inviável dissociar, epistêmica e clinicamente, esses múltiplos e plurais elementos do fazer do psicólogo e da prática do psicanalista. Vejamos sua inflexão na perspectiva da branquitude.

BRANQUITUDE E RACISMO

Em sua obra seminal do campo da branquitude “*Playing in the dark-Whiteness and the Literary Imagination*”, Toni Morrison (1992) nos convida a desnaturalizar as produções tidas como fundadoras de um campo discursivo, nos possibilitando a localizá-las como obras estruturadas sobre um sujeito masculino, branco e de classe alta, tomado como universal. Tratando esses teóricos como produtos de uma sociedade e considerando suas obras como um reflexo direto e indireto das relações de poder que se inscrevem nessa sociedade, testemunhamos o sujeito, delineado por eles, como um reflexo da noção de corpos inteligíveis, que se organizam por meio de relações de alteridade com “outros” corpos, sendo estes excluídos das dinâmicas de poder e construídos discursivamente por seu opressor.

No Brasil, Lia Schucman (2012), em sua tese “Entre o ‘encardido’, o ‘branco’ e o ‘branquíssimo’: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana”, entende a branquitude como uma construção sócio-histórica produzida pela ideia falaciosa de superioridade racial branca. Nas sociedades estruturadas pelo racismo, como é caso do Brasil, isso implica a construção de um ideal ilusório de mundo branco, em uma posição em que os sujeitos identificados como brancos usufruem de privilégios simbólicos e materiais em detrimento dos não brancos. Ela demonstra que o conceito de raça foi produzido a partir do pensamento acadêmico europeu do século XIX e reproduzido no pensamento social brasileiro. Por isso, cabe desmontá-lo em suas bases pseudo-científicas arraigadas de preconceitos que justificaram o avanço econômico, a exploração, o adoecimento e a morte da população negra. Suas análises demonstraram a persistência de discursos biológicos, hierárquicos e culturais do branco sobre outras construções racializadas, e que, portanto, o racismo se apresenta como um dos traços unificadores da identidade racial branca brasileira.

Assim também, migrando da literatura e da psicologia social para o campo clínico, é possível afirmar que, desde a sua origem, este foi estruturado por homens brancos, europeus ou estadunidenses, ainda que escrito por diversos outros autores, de outras nacionalidades e com outras denominações étnico-raciais. Não podemos observar, portanto, a ocorrência de um chamado “giro decolonial” enquanto movimento de resistência epistemológica, teórica e política dos territórios colonizados e uma implicação antirracista nesse campo clínico. Testemunho dessa vivência no Brasil é o pouco uso e reconhecimento de Virgínia Bicudo e das obras “Tornar-se negro” (1983/2019) e “A psicose” (1991/1999) Neusa Santos, apenas recentemente valorizadas e disseminadas. Seria possível apontar essa lacuna como a configuração de um racismo/seletivismo epistêmico? Contra essa posição de perpetuação silenciadora e consentida do privilégio branco, buscamos construir ferramentas epistêmicas que abarquem, desde o campo psicanalítico, a questão.

Sendo assim, nos deparamos com um problema. Temos essa teoria que foi constituída a partir de uma perspectiva universalista do sujeito branco, que não enxerga como a sua cor interfere nos processos de subjetivação e produção de violências, organizando um sistema que age sobre os sujeitos racializados, mas não os reconhece como tais. Gera-se um processo de “daltonismo racial” (Frankenberg, 1993), que produz um déficit na capacidade dos clínicos em compreender os reais impactos que o racismo possui na organização psíquica de pessoas não brancas.

No momento em que vivemos, é impossível analisar as reais dimensões do impacto da branquitude na construção do campo clínico enquanto teoria e práti-

ca, por isso é tão premente tomar essa pesquisa como um programa permanente de trabalho. Uma vez que a estruturação do conhecimento está organizada sob a noção de sujeito como homem, heterossexual e branco tido como universal, as consequências tendem a ser múltiplas e profundamente imbricadas nas bases teóricas da prática clínica. Entretanto, já é possível enxergar que essa universalização do sujeito branco tem sido denunciada e desconstruída no âmbito da atuação clínica. No livro “O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise”, de Noemi Kon et al. (2017), tem-se a convocação para repensar essa prática. As autoras descrevem uma das consequências do racismo como uma espécie de fenômeno paranoico, dada a invisibilidade da população negra e o negacionismo sobre as questões raciais. Elas afirmam a condição do racismo no interior do campo clínico e convida aqueles que se dedicam à prática a se reposicionar:

Me indagava diante da omissão concernente à reflexão sobre o racismo e a discriminação racial. Afinal, como uma instituição historicamente comprometida com as questões da sociedade brasileira podia ainda não ter pautado o tema? (...) todos eram unânimes no reconhecimento e na concordância de que o racismo promovia sofrimento psíquico e interferia na construção das subjetividades de brancos e negros. Então por que essa omissão e por que o desconforto em tratar o tema quando surge? (Kon et al., 2017, p. 72)

Também Grada Kilomba (2008), em “Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano”, ressalta o fato de o racismo ser fonte de adoecimento e sofrimento da população negra: “Parece, portanto, que o trauma de pessoas negras provém, não apenas de eventos de base familiar, como a psicanálise argumenta, mas sim, do traumatizante contato com a violenta barbaridade do mundo branco, ou seja, com a irracionalidade do racismo” (p. 40).

Sendo assim, é necessário que a clínica passe por um processo de reavaliação da forma como as suas práticas se estruturam, a partir do uso dos estudos raciais críticos, das teorias decoloniais, da construção de uma noção crítica de branquitude e do comprometimento com pautas antirracistas, visando reconhecer, analisar e mitigar as violências que produz em corpos racializados, construir um processo de escuta capaz de ouvir, trabalhar sobre as consequências subjetivas do racismo e desnaturalizar o sujeito branco enquanto universal, de modo a viabilizar e desmontar seus sistemas estruturais e históricos de privilégios.

FUNDAMENTOS ANTIRRACISTAS PSICANALÍTICOS PARA REPENSAR A CLÍNICA

Curiosamente, dentre as diferentes epistemologias e tradições da psicologia clínica brasileira, o campo psicanalítico tem sido o primeiro a assumir sua omis-

são quanto à pauta do racismo. Desde a tese de Neusa Santos (1983/2019, 1991/1999) e as publicações de Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (1982) à já mencionada obra de Kon et al. (2017), diferentes eventos e publicações, pouco a pouco, acumulam-se na desconstrução de uma prática desimplicada, acenando para um horizonte antirracista que repensa o próprio campo. Assim, Lélia Gonzalez (1984), Isildinha Nogueira (2017), Lourenço Cardoso (2010), Ana Paula Mussati Braga (2016) e Cristiane Ribeiro (2020) são alguns dos nomes que despontam no enfrentamento do racismo a partir do campo psicanalítico no âmbito da pesquisa na universidade.

Assim, neste tópico, identificaremos algumas premissas para iniciar essa longa desmontagem dos artefatos teóricos para ir em direção a um novo arcabouço epistêmico, a fim de fundamentar uma prática clínica antirracista. Considerando que Lacan (1953/1998) acentua a importância de o analista visar, no horizonte de sua práxis, a subjetividade de sua época, é fundamental tomarmos a questão do racismo como uma categoria no olhar da psicanálise em seus campos clínico e político, sobretudo no contexto brasileiro, marcado historicamente pela abolição tardia da escravidão, pelo encarceramento e genocídio da população negra e pelas demais práticas segregativas já mencionadas ao longo do presente artigo.

Éric Laurent (2014) expõe que os idos de 1968 apontavam o fim do poder patriarcal e uma suposta chegada de uma sociedade fraterna, “acompanhada do hedonismo feliz de uma nova religião do corpo” (párr. 1). Isto faz lembrar a colocação de Lacan sobre a relação entre corpo e racismo: “Quando voltamos à raiz do corpo, se revalorizarmos a palavra irmão, (...), saibam que o que sobe, o que ainda não vimos até as últimas consequências, e que se enraíza no corpo, na fraternidade do corpo, é o racismo” (Lacan, 1972 apud Laurent, 2014, párr. 1).

Parece que, para Lacan, a questão da valorização contemporânea do corpo tem como efeito a segregação em relação àqueles que possuem outra configuração de corpo e que aparecem enquanto alteridade materializada pela raça. Nesse mesmo sentido, encontramos as reflexões de Jacques-Alain Miller (2021) e de Laurent (2014) ao salientarem que, no fundo do racismo, está uma experiência de impossibilidade de assimilar o gozo do Outro. Esse seria o fundamento ontológico e sociológico do racismo, fundado sobre a segregação como radicalidade constitutiva do laço social. Sabemos que a esse artefato discursivo soma-se o desejo voraz de dominação econômica, de influência cultural e estética, e de exploração de recursos naturais e de mercado, fazendo de um discurso uma prática cotidiana naturalizada sob o fundo idealizado do sujeito universal do norte global. Nessa universalização abstrata do saber, Lacan (1969-1970/1992)

localiza a sua nova tirania, que, ao esconder sua verdade, segue sendo aplaudida cotidianamente.

A segregação, para Lacan, passa por uma experiência que poderíamos denominar como violenta na identificação. Existiria na identificação com um grupo, uma causa ou um traço uma oposição do resto de grupos e causas. Freud (1921/1996) trata disso ao discutir a constituição libidinal dos grupos, que podem produzir “a crueldade e a intolerância para com os que não lhes pertencem” (p. 110). Isto leva ao paradoxo de que a fraternidade, que busca atingir um bem comum, sustentaria a segregação e o racismo como seu avesso, o que tem produzido resultados catastróficos historicamente. Vemos, por exemplo, que o nazismo foi legitimado graças à intenção de se alcançar uma “pureza racial” e uma fraternidade nacional, de modo que todo o resto que ameaçava esse ideal deveria ser completamente eliminado.

No avesso da ocupação colonial, em sua radicalidade de fundação do tempo moderno e iluminista, o racismo instaurou uma lógica silenciosa de dominação radicada na identificação com a branquitude no nível do ideal de eu. Essa identificação se prolonga nas práticas racistas cotidianas, que carecem ser visibilizadas, enunciadas e assumidas não apenas no nível da consciência racional, mas também do assentimento subjetivo inconsciente, a partir do qual nos posicionamos como sujeitos responsáveis. Não se desconhece que as dimensões política, econômica, jurídica e estética devem estar lado a lado nessa desconstrução, mas nos deteremos, aqui, na colaboração da clínica psicanalítica na consecução de práticas antirracistas.

Lacan (1991/1993), interrogado em “Televisão” sobre a razão pela qual profetizou a escalada do racismo, afirmou: “porque não me parece engraçado e, no entanto, é verdade. No descaminho de nosso gozo só há o Outro para situá-lo, mas é na medida em que estamos separados. Daí as fantasias inéditas quando não nos metíamos nisso” (p. 58). Laurent (2014) esclarece essa afirmação ao considerar que não se sabe a partir de qual gozo os sujeitos podem se orientar. Dessa forma, o que os sujeitos fazem é rejeitar o gozo do Outro como ponto de enunciação de sua deslocalização. O gozo do Outro, tomado sempre como subdesenvolvido (Lacan, 1991/1993), estará sempre presente nos modos de colonialidade, de racismo, de patriarcalismo, de misoginia, de machismo, enfim, nos diferentes modos de dominação e segregação, bem como na intenção de normalizar o gozo do Outro sob a justificativa de ação em nome do “bem do Outro” (Laurent, 2014).

Em suas proposições sobre a lógica do racismo, Lacan considera a variação das formas do objeto rejeitado como distintas. Elas “vão do antissemitismo de antes da guerra, que conduz ao racismo nazista, ao racismo pós-colonial dirigido

aos imigrantes” (Laurent, 2014). Na medida em que as formas sociais sofrem modificações, o racismo também altera seus objetos. Entretanto, Lacan alerta que nas comunidades humanas, sempre há rejeição de um gozo inassimilável, semente de uma possível barbárie (Laurent, 2014). Dessa forma, há um não saber fundamental sobre o gozo, sendo que esse gozo deslocado está presente em todo agrupamento humano e é correspondente a uma forma de identificação (Laurent, 2014).

O AVESSE, PARA CONCLUIR

O importante na construção acima é verificar os processos identificatórios no branco, que carece legitimar sua vontade de gozo ou seu gozo deslocado assentado sobre processos inconscientes. Assim, ler a afirmação acima pelo avesso nos ajuda a interpretar a acusação, por parte de alguns psicanalistas inadvertidos da questão, de que todo movimento identitário, tal como o movimento de luta da população negra, age em nome do imaginário, destituindo sua potência política e subjetiva transformadora. O não saber sobre o gozo deslocado e sempre presente no laço social, assim, parece-nos – ao contrário do que a acusação versa – advir da dificuldade do não-negro em reconhecer-se em sua cor como parte dominante de um sistema de privilégios. Corresponderia, na atualidade, a um apego imaginário do branco a sua cor como representativa de um universal e, por isso, invisível, não escrita, para se certificar de que seu desejo de dominação é legítimo e desculpabilizado: “a precariedade de nosso modo [de gozo], que doravante só se situa a partir do mais-de-gozar” (Lacan, 1991/1993, p. 58).

O circuito imaginário e narcísico branco se fecha em si mesmo, restando auto-justificado. A defesa se prolonga e se afirma quando, projetado no não branco, localiza ali seu próprio mais-de-gozo como sendo do outro, devendo ser eliminado, aprisionado, domesticado. Kilomba (2008) demonstra isso muito bem quando descreve a negação, na qual “o senhor nega seu projeto de colonização e o impõe à/ao colonizada/o” (p. 34), situando-se como uma “vítima compassiva”, enquanto o negro se transforma em um “inimigo intrusivo”. Não precisamos avançar nas consequências deletérias dessa operação inconsciente para a população negra, pois os dados de nossa justificativa já as expuseram no conjunto brasileiro.

No texto “Racismo e extimidade”, Miller (2021) retoma a ideia da intolerância ao gozo do Outro e afirma a inoperância da afirmação de que não há raças. Ele define, a partir de Lacan, que “uma raça é o que se constitui pelo modo como se transmite, na ordem de um discurso, os lugares simbólicos” (Miller, 2021). Em outras palavras, trata-se do “racismo dos discursos em ação” (Lacan,

1972/2003, p. 463) ou das raças como efeitos do discurso (Miller, 2021), presente enquanto estrutura que movimenta a economia, a política, as instituições, a sociabilidade, as subjetividades. “É a localização, o uso do gozo em um discurso que faz diferenças” (Miller, 2021, As raças como efeito de discurso).

Atentar-se à subjetividade da época é, por assim dizer, uma posição política, a partir da qual o analista não é neutro frente às tendências racistas e ao modo como o discurso dominante de uma época incide sobre o inconsciente. O psicanalista opera visando a pura singularidade, a diferença absoluta de cada sujeito, em contraponto ao discurso da ciência, que tenta promover gozos universalizantes (Miller, 2021). Mas a singularidade encontra-se no mundo, tem pele, cor, gênero e classe, e os discursos que a enlaçam articulam-se sobre o fundo segregatório.

Assim, ao pensar alternativas clínicas face a essa estrutura, o psicanalista se implica e toma posição na cena do mundo. Se é a partir do ponto vazio enquanto falta-a-ser do sujeito que a psicanálise opera para que cada um autorize-se de sua singularidade, responsabilizando-se pelo seu mal-estar e pelo mal-estar da cultura, não é sem o outro que sua presença se afirma. Não julgar o modo de gozo do sujeito é uma forma de constituir um discurso menos segregatório. A psicanálise opera, então, com certa localização do gozo no discurso (Miller, 2021). Isso é o que faz a diferença.

Para Miller (2021), o discurso da ciência objetiva construir um único sujeito, universalizável, o que causa a dessubjetivação. E é na medida que o discurso da ciência evoca uma uniformização, sobretudo do gozo, que surgem as subversões, a manifestação do não semelhante. Frente ao imperativo de uniformidade dos gozos, as subjetividades rebelam-se contra o discurso anulatório. Aqueles que se opõem, por vezes, são segregados, retirados do circuito do discurso operante. Na dimensão da segregação, no que se refere ao racismo, há um vasto campo, que aborda causas econômicas, sociais e geopolíticas. Contudo, Miller (2021) aponta que ele não se dá somente nesse nível. Há um resto, chamado pelo autor de causas obscuras do racismo, sobre as quais a psicanálise pode e deve, acrescentamos, lançar seu olhar e escuta.

Assim, verificamos a premência de as práticas antirracista e decoloniais alcançarem o campo clínico, revirando e revigorando a teoria, para, assim, inundar o cotidiano. Uma prática clínica que se pretenda antirracista e decolonizada precisa envolver negras(os) e não negras(os) no acolhimento ao sofrimento singular de cada sujeito, mas também promover processos coletivos de enfrentamento do racismo e abordagens institucionais para sua desconstrução estrutural. Num país em que o racismo é tão persistente quanto o seu silenciamento sistemático, será preciso a mesma coragem subversiva que levou a psicanálise a falar

sobre a sexualidade, contra séculos de “incoerência” e “pudor de hipocrisia” (Freud, 1913/1996 p. 146), elementos atuais que, hoje, também calam os sofrimentos advindos do racismo no Brasil. Começar esse programa de pesquisa, que se pretende permanente no interior do campo teórico-clínico da psicanálise, é uma maneira de buscar reverter o quadro secular de hierarquização do saber e de tratamento da dor psíquica, e também de constituir, desde o interior do campo epistemológico, sua nova abordagem, sustentação e partilha num mundo em que a segregação estrutural seja enfrentada sem negacionismos.

REFERÊNCIAS

- Almeida, Silvio L. de (2019). *Racismo Estrutural*. Pólen Livros.
- Ayouch, Thamy (2019). *Psicanálise e Híbridez, Gênero, Colonialidade e Subjetivações*. Calligraphie Editora
- Ballestrin, Luciana (2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 11, 89-117. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>
- Bernardino-Costa, Joaze; Maldonado-Torres, Nelson, & Grosfoguel, Ramón (Org.) (2019). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Autêntica.
- Bhabha, Homi K. (1994/2013). *O local da cultura*. Editora UFMG.
- Braga, Ana P. M. (2016). *Os muitos nomes de Silvana: contribuições clínico-políticas da psicanálise sobre mulheres negras*. Tese de Doutorado inédita, Universidade de São Paulo. https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-10052016-104955/publico/braga_corrigida.pdf
- Cardoso, Lourenço (2010). Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 8(1), 607-630. http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-715X2010000100028&lng=en&tlng=pt
- Danto, Elisabeth Ann (2018). *As clínicas públicas de Freud: Psicanálise e Justiça Social*. Perspectiva.
- Dussel, Enrique (1992/1993). *1492: o encobrimento do outro. A origem do “mito da modernidade”*. Editora Vozes.
- Fanon, Frantz (1952/2008). *Pele negra, máscaras brancas*. EDUFBA.
- Frankenberg, Ruth (1993). *The social construction of Whiteness: White women, race matters*. University of Minnesota Press.
- Freud, Sigmund (1913/1996). Sobre o início do tratamento (Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise I) (J. Salomão, Trad.). In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 12, pp. 139-158). Imago.
- Freud, Sigmund (1919 [1918]/1976). Linhas de progresso na terapia psicanalítica (J. Salomão, Trad.). In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 17, pp. 197-211). Imago.
- Freud, Sigmund (1921/1996). Psicologia de grupo e análise do eu. In *Obras completa* (Vol. 18, pp. 43-90). Imago.

- Gonzalez, Lélia, & Hasenbalg, Carlos (1982). *Lugar de negro*. Marco Zero.
- Gonzalez, Lélia (1984). *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. *Revista Ciências Sociais Hoje*. Anpocs.
- Grosfoguel, Ramón (2008). Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, 115-147.
- Grosfoguel, Ramón (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, 31(1), 25-49. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral*. <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6403#resultado>
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada & Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019). *Atlas da violência 2019*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada & Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020). *Atlas da violência 2020*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>
- Kilomba, Grada (2008). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Cobo-gá.
- Kon, Noemi M.; Abud, Cristiane C., & Silva, Maria L. da (Org.) (2017). *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. Perspectiva.
- Lacan, Jacques (1953/1998). *Escritos*. Jorge Zahar Editor.
- Lacan, Jacques (1967). *O seminário, livro 14: a lógica do fantasma (1966-1967)*. *Sessão de 10 maio 1967* (manuscrito inédito).
- Lacan, Jacques (1969-1970/1992). *O Seminário, livro 17: o avesso da psicanálise* (A. Roitman, & A. Quinet Trads.). Jorge Zahar.
- Lacan, Jacques (1972/2003). O aturdido. In *Outros escritos* (pp. 448-497). Jorge Zahar.
- Lacan, Jacques (1991/1993). *Televisão*. Jorge Zahar Editor.
- Laurent, Éric (2014). O Racismo 2.0. *Lacan Quotidien*, 371, 1-1. <http://ampblog2006.blogspot.com.br/2014/02/lacan-cotidiano-n-371-portugues.html>
- Mbembe, Achille (2013). *Crítica da Razão Negra* (2. ed.). N-1 Edições.
- Mbembe, Achille (2018). *Necropolítica*. N-1 Edições.
- Mignolo, Walter (2003). *Historias locales/disenos globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Akal.

- Mignolo, Walter (2010). *Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Ediciones del signo.
- Miller, Jacques-Alain (2021). Racismo e extimidade. *Derivas analíticas*, 16. <http://revistaderivasanaliticas.com.br/index.php/accordion-a-2/o-entredois-ou-o-espaco-do-sujeito>
- Ministério da Saúde (2013). *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS* (3. ed.). Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf
- Ministério da Saúde (2017). *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS* (2. ed.). Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_integral_populacao.pdf
- Moreira, Adilson (2019). *Racismo Recreativo*. Editora Jandaíra.
- Morrison, Toni (1992). *Playing in the Dark: Whiteness and the Literary Imagination*. Harvard University Press. <https://doi.org/10.4159/9780674251656-004>
- Mouffe, Chantal (2005). Por um Modelo Agonístico de Democracia. *Revista de Sociologia e Política*, 0(25). 11-23 <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/7071>
- Nogueira, Isildinha B. (2017). Cor e Inconsciente. In Noemi M. Kon, Cristiane C. Abud, & Maria L. da Silva (Org.), *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise* (pp. 121-126). Perspectiva.
- Quijano, Aníbal (2000). Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina. In Edgardo Lander (Org.), *Colonialidad del Saber, Eurocentrismo y Ciencias Sociales* (pp.107-130). Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO).
- Ribeiro, Cristiane (2020). *Tornar-se negro, devir sujeito: uma investigação psicanalítica acerca das reverberações clínicas e políticas do racismo*. Dissertação de Mestrado inédita, Universidade Federal de Minas Gerais.
- Said, Edward W. (2011). *Cultura e Imperialismo*. Companhia das Letras.
- Santos, Boaventura de Sousa (2007). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, 3-46. <https://doi.org/10.4000/rccs.753>
- Souza, Neusa S. (1983/2019). *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. LeBooks
- Souza, Neusa S. (1991/1999). *A psicose: Um Estudo Lacaniano*. Revinter
- Schucman, Lia V. (2012). *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. Tese de Doutorado inédita, Universidade de São Paulo. <https://doi.org/10.11606/T.47.2012.tde-21052012-154521>
- Wallerstein, Immanuel (1974). *The Modern World System*. Academic Press.
- Wallerstein, Immanuel (2004). *World-System Analysis*. Duke University Press.



ANDRÉA MÁRIS CAMPOS GUERRA

Psicanalista e Professora no Departamento e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde coordena o Núcleo @PSILACS (Psicanálise e Laço Social no Contemporâneo). Doutora em Teoria Psicanalítica (UFRJ) com Estudos Aprofundados na Université de Rennes 2 (França).

andreamcguerra@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-5327-0694>

CRISTIANE DA SILVA RIBEIRO

Psicóloga. Psicanalista. Integrante do Nzinga - Coletivo de Mulheres Negras de Belo Horizonte. Integrante da Rede de Mulheres Negras de MG. Mestre em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência - UFMG. Pesquisadora-colaboradora do PSILACS. Integrante do Coletivo Ocupação Psicanalítica MG. Co-coordenadora do Ateliê Psicanálise e Segregação IPSM-MG.

ribeirocs.psi@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-9617-8510>

ENRICO MARTINS POLETTI JORGE

Graduando de psicologia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Organizador do Núcleo de Estudos Críticos da Branquitude (NUBRAC). Integrante do coletivo Ocupação Psicanalítica.

enricompj@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-7603-6056>

FÁBIO SANTOS BISPO

Doutor em Psicologia, Professor do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo, membro do Coletivo Ocupação Psicanalítica.

fabio.bispo@ufes.br

<https://orcid.org/0000-0003-0488-6163>

MARCELA FERNANDA DE SOUZA

Mestra em Psicologia pela UFMG, linha de pesquisa em Estudos Psicanalíticos. Graduação em Psicologia e pós-graduação em Clínica Psicanalítica na Contemporaneidade pelo Unileste. Psicóloga no Centro Socioeducativo de Ipatinga. Membro do Centro de Estudos e Pesquisa em Psicanálise do Vale do Aço. Pesquisadora no Coletivo Ocupação Psicanalítica PSILACS/UFMG.

marcellasouza.psi@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-5298-0851>

NAYARA PAULINA FERNANDES ROSA

Psicanalista. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica, da UFRJ. Advogada atuante em conflitos no Brasil. Pesquisadora do núcleo de Psicanálise e Laço Social no Contemporâneo, do Departamento de Psicologia da UFMG. Membro do “Ocupação Psicanalítica”, coletivo de psicanalistas atuantes na reversão dos quadros de desigualdade racial.

paulinarosapsi@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-1640-0001>

RENATA LUCINDO FERREIRA MENDONÇA

Mestre em Psicologia, membro do coletivo Ocupação Psicanalítica, psicanalista clínica, responsável pelo Ateliê Psicanálise e Segregação, coordenação do CIEN-Minas (2000/2020).

renatalucindopsi@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0002-9288-1807>

SONIA RODRIGUES DA PENHA

Psicóloga pela Associação Vitoriana de Ensino Superior (FAVI)/ES, bacharel em Serviço Social Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); psicanalista em formação permanente. Participa do “Ocupação Psicanalítica por uma Clínica Antirracista” (UFMG - UFES) e da ANPSINEP/ES.

srodriguespenha@gmail.com

TAYNÁ CELEN PEREIRA SANTOS

Graduação em Psicologia na PUC-Minas, com ênfase Clínica. Mestranda em Psicologia na UFMG, linha de pesquisa em Estudos Psicanalíticos. Pesquisadora-colabora do PSILACS (Núcleo de Pesquisa e Laço Social no Contemporâneo) e Membro do Coletivo Ocupação Psicanalítica.

taynacelen@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-0233-6187>

FORMATO DE CITACIÓN

Guerra, Andréa C. G.; Ribeiro, Cristiane S.; Jorge, Enrico M. P.; Bispo, Fábio S.; Souza, Marcela F.; Rosa, Nayara P. F.; Mendonça, Renata L. F.; Penha, Sonia R. & Santos, Tayná C. P. (2021). Ocupação antirracista e decolonial do espaço psicanalítico. *Quaderns de Psicologia*, 23(3), e1787.

<https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1787>

HISTORIA EDITORIAL

Recibido: 01-02-2021

1ª revisión: 23-04-2021

Aceptado: 02-05-2021

Publicado: 25-01-2022